

SUMÁRIO

TÍTULO I NOÇÕES INTRODUTÓRIAS

CAPÍTULO 1

NOÇÕES ESSENCIAIS DE DIREITO

ECONÔMICO 25

1. Introdução.....	25
2. Direito econômico: origens históricas.....	26
2.1. Evolução histórica relevante para o surgimento do direito econômico.....	26
2.2. O liberalismo econômico.....	27
2.3. Primeiras preocupações sistemáticas de intervenção do Estado na economia e o declínio do liberalismo econômico.....	28
2.4. A mudança no cenário econômico mundial.....	29
2.5. A mudança na área jurídica.....	29
3. Concepções e definições de direito econômico.....	30
4. Conteúdo e abrangência do direito econômico.....	34
5. As características das regras de direito econômico.....	39
5.1. Tipos e conceitos indeterminados	39
5.2. Recompensa ou prêmio nas normas de direito econômico.....	42
5.3. Flexibilidade, mobilidade e mutabilidade.....	45
6. O objeto do direito econômico: a economia e a política econômica.....	46
6.1. Introdução.....	46
6.2. Sistemas econômicos (capitalismo x socialismo).....	47
6.3. A economia (macroeconomia e microeconomia).....	48
6.4. A microeconomia.....	48
6.4.1. Concorrência perfeita.....	49
6.4.2. Concorrência imperfeita...	54
6.4.3. Elasticidade da demanda..	58
6.4.4. Economia de escala.....	60

6.5. A macroeconomia.....	61
6.6. A política econômica.....	64
6.6.1. Introdução.....	64
6.6.2. Instrumento fiscal.....	64
6.6.3. Instrumento monetário ...	65
6.6.4. Instrumento cambial.....	68
7. Métodos de direito econômico.....	70
7.1. Introdução.....	70
7.2. Análise Econômica do Direito – AED.....	72
7.3. O sistema econômico e o método no direito econômico.....	81
7.4. Do método conforme o sub-ramo do direito econômico.....	82
7.5. Especificidades do método de direito econômico.....	82
8. Quadros sinóticos.....	83

TÍTULO II DIREITO ECONÔMICO CONSTITUCIONAL

CAPÍTULO 2

FONTES DO DIREITO ECONÔMICO E

COMPETÊNCIA LEGISLATIVA 91

1. Fontes do direito econômico.....	91
1.1. A Constituição.....	91
1.2. As Leis Complementares.....	93
1.3. As Leis.....	96
1.4. Normas infralegais.....	98
1.5. Tratados internacionais.....	102
2. Competência geral para legislar sobre direito econômico.....	102
3. Regras específicas de competência para legislar sobre direito econômico.....	104
3.1. Competência concorrente para legislar sobre produção e consumo.....	104
3.2. As regras de competência privativa da União.....	107
3.2.1. Sistema monetário e moeda.....	108
3.2.2. Poupança.....	109

3.2.3. Telecomunicações, energia e água	111	2.11.2. Atividade econômica em qualquer horário ou dia da semana.....	166
3.2.4. Comércio exterior	113	2.11.3. Livre definição de preços em mercados não regulados	167
3.2.5. Transporte.....	115	2.11.4. Tratamento isonômico da Administração Pública .	167
3.3. Interesse local	116	2.11.5. Presunção de boa-fé.....	167
3.4. A competência comum no enfrentamento da pandemia da Covid-19	119	2.11.6. Liberdade diante de normas desatualizadas	167
4. Quadros sinóticos.....	121	2.11.7. Livre estipulação das partes nos negócios jurídicos empresariais paritários	168
5. Jurisprudência	123	2.11.8. Silêncio da Administração.	168
5.1. Súmula do STJ.....	123	2.11.9. Arquivamento por meio digital	169
5.2. Súmulas do STF	123	2.11.10. Inexigibilidade de medida ou prestação compensatória ou mitigatória abusiva	169
5.3. Jurisprudência do STF	123	2.11.11. Inexigibilidade de certidões sem expressa previsão legal	169
CAPÍTULO 3		3. A intervenção do Estado na economia....	170
A ORDEM ECONÔMICA NA		3.1. Introdução.....	170
CONSTITUIÇÃO DE 1988	135	3.2. Princípio da subsidiariedade	170
1. Introdução.....	135	3.3. Formas de intervenção estatal	172
1.1. Conceito	135	3.3.1. Intervenção direta do Estado no domínio econômico	175
1.2. Evolução histórica	135	3.3.2. Para além das empresas públicas e sociedades de economia mista	178
1.3. Ordem econômica constitucional brasileira	139	3.3.3. As privatizações e as <i>Golden Shares</i>	181
2. Princípios da Ordem econômica na Constituição de 1988	140	3.3.4. A intervenção indireta do Estado	186
2.1. Livre-iniciativa	144	3.4. O capital estrangeiro (art. 172)	189
2.2. Soberania nacional.....	150	3.5. Empresa brasileira e empresa brasileira de capital nacional – o revogado artigo 171	195
2.3. Propriedade privada e função social da propriedade.....	151	4. Planejamento econômico	196
2.4. Livre concorrência	154	4.1. Introdução.....	196
2.5. Defesa do consumidor	157		
2.6. Defesa do meio ambiente	159		
2.7. Redução das desigualdades regionais e sociais	161		
2.8. Busca do pleno emprego.....	161		
2.9. Tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte.....	162		
2.10. Livre-iniciativa de atividade econômica	164		
2.11. A Declaração de Direitos de Liberdade Econômica: Lei 13.874, de 20 de setembro de 2019	165		
2.11.1. Liberação de atividades econômicas de baixo risco	165		

4.2. Os planos econômicos no direito brasileiro.....	198	5. Política de incentivo a micro e pequenas empresas.....	254
4.3. As normas constitucionais sobre o planejamento.....	200	5.1. Introdução.....	254
5. Jurisprudência.....	203	5.2. Regime tributário do Simples Nacional.....	256
5.1. Súmulas do STF.....	203	5.3. Outros benefícios do Simples Nacional.....	260
5.2. Jurisprudência.....	203	6. Quadros sinóticos.....	261
6. Quadros Sinóticos.....	213	7. Jurisprudência.....	266
CAPÍTULO 4		7.1. Política Urbana.....	266
POLÍTICAS ECONÔMICAS		7.2. Política agrícola e fundiária.....	268
CONSTITUCIONAIS.....	227	7.3. Política de incentivo a micro e pequenas empresas.....	269
1. Introdução.....	227		
2. Política de redução das desigualdades regionais.....	227		
2.1. Introdução.....	227		
2.2. Normas constitucionais.....	228		
2.3. A Política Nacional de Desenvolvimento Regional.....	231		
2.4. Do direito ao desenvolvimento regional.....	231		
2.5. Uma classificação dos instrumentos de desenvolvimento regional.....	232		
3. A Política Urbana.....	233		
3.1. Introdução.....	233		
3.2. Plano diretor e a função social da propriedade.....	234		
3.3. Parcelamento e edificação compulsórios.....	238		
3.4. IPTU.....	240		
3.5. Desapropriação.....	242		
3.6. Usucapião.....	244		
4. Política agrícola e fundiária.....	244		
4.1. Introdução.....	244		
4.2. A política agrícola.....	244		
4.3. O Estatuto da Terra.....	246		
4.4. Função social da propriedade.....	249		
4.5. Reforma agrária e desapropriação da propriedade rural.....	250		
4.6. Aquisição da propriedade rural por estrangeiros.....	252		
4.7. Usucapião.....	252		
4.8. Crédito rural.....	253		

TÍTULO III DIREITO ECONÔMICO ADMINISTRATIVO

CAPÍTULO 5	
AS AGÊNCIAS REGULADORAS.....	273
1. Regulação: uma introdução.....	273
2. Instrumentos de regulação.....	276
3. <i>Sandbox</i> regulatório.....	277
4. Análise de impacto regulatório.....	279
5. Agências.....	282
5.1. Natureza Jurídica.....	286
5.2. Autonomia administrativa.....	286
5.3. Processo decisório.....	289
5.4. Controle.....	290
5.5. Poderes normativos.....	293
5.6. Capacidade técnica.....	298
5.7. Regime de pessoal.....	298
5.8. As agências reguladoras da Lei nº 13.848/19.....	299
6. Telecomunicações.....	299
6.1. Agência: ANATEL.....	299
6.2. Regime jurídico.....	302
7. Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.....	303
7.1. Agência: ANP.....	303
7.2. Regime jurídico.....	303
8. Energia Elétrica.....	305
8.1. Agência: ANEEL.....	305
8.2. Regime jurídico.....	306
9. Vigilância Sanitária.....	307
9.1. Agência: ANVISA.....	307

10. Saúde Suplementar	307	2.1.7. Duração e razoabilidade das contribuições.....	342
10.1. Agência: ANS	307	2.1.8. O contribuinte possível da CIDE	342
11. Águas e saneamento básico.....	308	2.2. Contribuições interventivas em espécie	343
11.1. Agência: ANA.....	308	2.2.1. CIDE Combustíveis ou CIDE Transportes.....	343
11.2. Regime jurídico	309	2.2.2. CIDE Royalties, CIDE Tecnologia ou CIDE Interação Universidade Empresa	347
12. Transportes Aquaviários.....	310	2.2.3. Contribuição para o INCRA.....	348
12.1. Agência: ANTAQ	310	2.2.4. Contribuições para o SEBRAE.....	350
13. Transportes Terrestres.....	310	2.2.5. Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante – AFRMM.....	351
13.1. Agência: ANTT	310	3. Quadros sinóticos.....	352
14. Cinema	310	4. Jurisprudência	356
14.1. Agência: ANCINE	310	4.1. Jurisprudência do STF	356
15. Aviação Civil	313	4.2. Jurisprudência do STJ	360
15.1. Agência: ANAC	313		
16. Mineração	313		
16.1. Agência: ANM	313		
16.2. O setor minerário.....	314		
17. Outros agentes reguladores.....	314		
18. Quadros Sinóticos	315		
19. Jurisprudência	322		
19.1. STF.....	322		
19.2. STJ	330		
19.3. TRF da 3ª Região	331		
19.4. TRF da 5ª Região	332		

CAPÍTULO 6

CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO

1. Introdução.....	333
2. Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE.....	334
2.1. O Regime jurídico das contribuições de intervenção no domínio econômico	337
2.1.1. Regras gerais do art. 149 da Constituição	337
2.1.2. Princípio da não surpresa	339
2.1.3. Desnecessidade de lei complementar	340
2.1.4. Imunidades	340
2.1.5. Construções doutrinárias acerca do regime jurídico da CIDE	340
2.1.6. Previsão da CIDE e seu aspecto finalístico	340

TÍTULO IV DIREITO ECONÔMICO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

CAPÍTULO 7

POLÍTICAS ECONÔMICAS E ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

1. Introdução.....	367
2. O mercado financeiro e a política econômica	369
2.1. O mercado financeiro.....	369
2.2. Funções do mercado financeiro	370
2.3. Classificações do mercado financeiro	371
2.4. A moeda como núcleo do mercado financeiro	373
2.5. Criptomoedas, moeda eletrônica e moeda virtual	375
2.6. A política monetária.....	381
2.6.1. Emissão de papel-moeda..	381
2.6.2. A moeda escritural e a classificação da moeda	383

2.6.3. Instrumentos de política monetária e cambial	385	4.3. Organization of Securities Commissions – IOSCO	440
2.6.3.1. Depósito Compulsório	386	5. Quadros sinóticos.....	441
2.6.3.2. <i>Open market</i>	387	6. Jurisprudência do STF	448
2.6.3.3. Redesconto	388	CAPÍTULO 8	
2.6.3.4. Controle da taxa de juros..	389	MERCADOS DO SISTEMA FINANCEIRO	451
2.6.3.5. Instrumentos cambiais	390	1. Mercado de títulos públicos.....	451
3. Organização do Sistema Financeiro Nacional	393	1.1. Introdução.....	451
3.1. Introdução.....	393	1.2. Títulos públicos	453
3.2. Conselho Monetário Nacional – CMN	395	1.3. Negociação com títulos públicos...	455
3.3. Banco Central do Brasil – BC	398	2. Mercado de crédito.....	457
3.4. As instituições financeiras.....	401	2.1. Introdução.....	457
3.5. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	408	2.2. Contratos bancários	461
3.6. Comissão de Valores Mobiliários – CVM.....	411	2.2.1. Depósito e conta corrente	461
3.7. As bolsas de valores, mercadorias e futuros e as entidades de balcão	415	2.2.1.1. Depósito à vista e conta corrente	462
3.7.1. Discussões doutrinárias	415	2.2.1.2. Caderneta de poupança....	467
3.7.2. Bolsa e balcão organizado no direito positivo brasileiro	418	2.2.1.3. Depósitos a prazo	468
3.7.3. Observações gerais sobre bolsa e balcão	421	2.2.2. Mútuo.....	472
3.7.4. Autorregulação	421	2.3. Juros e correção monetária.....	477
3.7.5. Novo mercado	422	2.4. Sigilo bancário	487
3.8. Demais entidades que atuam no mercado de capitais	428	2.4.1. Introdução	487
3.8.1. Custódia	428	2.4.2. As informações protegidas pelo sigilo bancário	488
3.8.2. Corretoras e distribuidoras.....	429	2.4.3. As instituições obrigadas a manter o sigilo.....	491
3.8.3. Investidores institucionais	431	2.4.4. A quebra do sigilo	492
3.8.4. Outros.....	431	2.4.4.1. A regra geral	492
3.9. Órgãos e autarquias relacionados à atividade de seguros e previdência complementar	432	2.4.4.2. Poder legislativo e CPIs....	494
4. Organismos internacionais.....	434	2.4.4.3. Administração tributária...	494
4.1. Introdução.....	434	2.4.5. Considerações finais	497
4.2. Bank for International Settlements – BIS	435	2.5. Contratos bancários e a defesa do consumidor	497
		2.5.1. Introdução	497
		2.5.2. Aplicação do Código de Defesa do Consumidor	498
		2.5.3. Responsabilidade objetiva das instituições financeiras	499
		2.5.4. Cadastros de crédito negativos e positivos (credit scoring).....	500

2.6. O Sistema Financeiro Aberto – <i>Open Banking/Open Finance</i>	504	5.1. Introdução.....	568
3. Mercado de câmbio	506	5.2. Estrutura	571
3.1. Introdução.....	506	5.3. Contrato	573
3.2. Visão geral do contrato de câmbio	507	5.3.1. Características gerais	573
3.3. Câmbio no comércio internacional	511	5.3.2. A incidência da TR.....	573
3.4. Capital estrangeiro	515	5.3.3. Histórico dos índices e formas de correção dos contratos.....	574
4. Mercado de capitais.....	518	5.3.4. Seguro imobiliário obrigatório	576
4.1. Introdução.....	518	5.3.5. A aplicação do CDC	577
4.2. Definição de valores mobiliários ...	519	5.3.6. O Ministério Público nos contratos do SFH.....	577
4.3. A oferta pública	523	5.4. Títulos negociáveis do sistema financeiro imobiliário	578
4.4. Os valores mobiliários	525	5.5. Execução	579
4.4.1. Títulos emitidos por sociedades anônimas abertas.....	525	5.5.1. Execução judicial.....	579
4.4.1.1. Introdução	525	5.5.2. Execução administrativa ...	579
4.4.1.2. Mercado primário e mercado secundário	527	6. Quadros sinóticos.....	580
4.4.1.3. Mercado à vista e mercado futuro.....	528	7. Jurisprudência	586
4.4.1.4. Ações	529	7.1. Súmulas do STF	586
4.4.1.5. Debêntures	534	7.2. Súmulas do STJ	592
4.4.1.6. Notas comerciais	536	CAPÍTULO 9	
4.4.2. As cotas de fundos de investimento e as cotas de clubes de investimento	537	REGIME PRUDENCIAL, INTERVENTIVO E SANCIONADOR DO SFN	599
4.4.3. Contratos de investimento coletivo	551	1. Regime prudencial do mercado financeiro	599
4.4.4. Derivativos	555	1.1. Introdução.....	599
4.4.4.1. Introdução	555	1.2. Medidas preventivas.....	600
4.4.4.2. Noções gerais dos contratos de derivativos ...	556	1.2.1. Sistema de Pagamentos Brasileiro – SPB	600
4.4.4.3. Contratos a termo.....	559	1.2.1.1. Introdução	600
4.4.4.4. Contratos futuros.....	560	1.2.1.2. Compreensão do sistema de pagamentos	603
4.4.4.5. Opções.....	562	1.2.1.3. Princípios	605
4.4.4.6. <i>Swap</i>	563	1.2.1.4. Papel do Banco Central.....	607
4.5. O papel regulador da CVM e a função autorreguladora da bolsa no mercado de derivativos ..	565	1.2.1.5. Sistemas do SPB.....	608
4.6. Securitização	566	1.2.2. Fundo Garantidor de Créditos (FGC)	612
4.7. Outros títulos do mercado financeiro	568	1.2.2.1. Introdução	612
5. Sistema financeiro de habitação – SFH ...	568	1.2.2.2. O FGC: natureza, estrutura e aplicação dos recursos.....	613
		1.2.2.3. A finalidade do FGC	614

1.2.3. PROER	619	3.3.2.1. Manipulação, fraude, criação de condições artificiais no mercado e práticas não equitativas....	666
1.2.4. Aquisição de participação em instituições financeiras por bancos oficiais	620	3.3.2.2. <i>Insider trading</i>	669
1.2.5. Requisitos de capital e de liquidez e outras medidas	621	3.3.2.3. Exercício irregular de atividade que dependa de registro, permissão ou autorização	672
2. Regime interventivo do mercado financeiro	626	3.3.3. Penalidades aplicadas pela CVM	673
2.1. Introdução.....	626	3.4. Poder investigatório	675
2.2. As medidas cautelares de reestruturação.....	627	3.5. Medidas cautelares (medidas coercitivas e acautelatórias).....	676
2.3. Medidas interventivas estrito senso	628	3.6. O processo administrativo sancionador.....	678
2.3.1. Visão geral	628	3.6.1. Aspectos comuns.....	678
2.3.2. As hipóteses de decretação dos regimes interventivos.....	630	3.6.2. O processo no Banco Central	678
2.3.3. RAET.....	634	3.6.3. Procedimentos na CVM	680
2.3.4. Intervenção.....	635	3.7. Termo de Compromisso e Acordo Administrativo em Processo de supervisão	682
2.3.5. Liquidação Extrajudicial	636	3.7.1. Termo de Compromisso....	682
2.3.6. Responsabilidade dos administradores e dos membros do conselho fiscal.....	642	3.7.2. Acordo administrativo em processo de supervisão.....	685
3. Regime sancionador do mercado financeiro	645	3.8. Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF	687
3.1. Introdução.....	645	3.8.1. O COAF e as infrações relativas à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo.....	687
3.2. Infrações ao sistema financeiro: bancos, câmbio, consórcios, capital estrangeiro e arranjos de pagamentos.....	648	3.8.2. Procedimento no COAF	690
3.2.1. Âmbito do poder punitivo do Banco Central	648	3.9. O CRSFN e os recursos administrativos no Sistema Financeiro Nacional.....	691
3.2.2. As infrações administrativas	651	3.9.1. O Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional.....	691
3.2.3. Penalidades aplicadas pelo BC.....	660	3.9.2. A competência recursal	691
3.2.4. Infrações graves e gradação da pena	662	3.9.3. Os procedimentos.....	693
3.3. Infrações ao mercado de capitais e suas penalidades	664	4. Quadros sinóticos.....	693
3.3.1. Introdução	664	5. Jurisprudência	703
3.3.2. As infrações administrativas	666	5.1. Jurisprudência do STF	703
		5.2. Jurisprudência do STJ	704

TÍTULO V

DIREITO ECONÔMICO DA CONCORRÊNCIA

CAPÍTULO 10

INTRODUÇÃO AO DIREITO DA CONCORRÊNCIA (OU DIREITO ANTITRUSTE)..... 715

1. Introdução.....	715
1.1. A concorrência no direito econômico.....	715
1.2. Conceitos econômicos básicos do direito da concorrência.....	718
1.3. Histórico do direito da concorrência.....	719
1.4. Roteiro de estudo.....	723
2. A Lei 12.529/2011.....	723
3. As modalidades de infração à lei antitruste, sanções e procedimentos.....	725
4. Panorama dos ilícitos concorrenciais.....	728
5. A construção tipológica dos ilícitos, imunidades, ilícitos “per se” e “regra da razão”.....	737
6. As finalidades do direito da concorrência.....	745
7. As relações do direito concorrencial com outros ramos do direito.....	750
8. Sistemas de aplicação do direito antitruste.....	751
9. Regulação dos mercados x regulação da concorrência.....	755
10. Quadro sinótico.....	758
11. Jurisprudência do STJ.....	762

CAPÍTULO 11

SISTEMA BRASILEIRO DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA..... 763

1. Órgãos do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência e suas atribuições.....	763
1.1. O SBDC.....	763
1.2. O CADE.....	764
1.3. A composição do Tribunal da Concorrência.....	764
1.4. A competência do Plenário do Tribunal.....	766

1.5. Competências do Presidente e dos Conselheiros do Tribunal.....	768
1.6. A Superintendência-Geral.....	769
1.7. O Departamento de Estudos Econômicos.....	774
1.8. A Procuradoria Federal junto ao CADE.....	775
1.9. A Secretaria de Reformas Econômicas.....	775
1.10. O Ministério Público Federal perante o CADE.....	777
1.11. O CADE e o Poder Judiciário.....	780
2. O processo administrativo no CADE e a execução dos julgados.....	783
2.1. Tipos de procedimento.....	783
2.2. Medidas preventivas.....	787
2.3. Compromisso de cessação.....	788
2.4. Programa de leniência.....	792
2.5. A execução dos julgados do CADE.....	794
3. Quadro sinótico.....	796
4. Jurisprudência.....	800
4.1. Jurisprudência do STF.....	800
4.2. Jurisprudência do STJ.....	800
4.3. Jurisprudência do TRF1.....	806

CAPÍTULO 12

CONCENTRAÇÃO ECONÔMICA E ILÍCITOS CONCORRENCIAIS..... 809

1. O controle dos atos de concentração.....	809
1.1. Introdução.....	809
1.2. A tipologia da concentração econômica.....	810
1.3. Atos submetidos à apreciação do CADE.....	815
1.4. A apresentação dos atos ao CADE e seus efeitos.....	816
1.5. A análise dos atos de concentração.....	819
1.5.1. Mercado relevante.....	819
1.5.2. Nível de concentração do mercado.....	822
1.5.3. Reprovação, aprovação e aprovação condicionada dos atos de concentração.....	824

1.6.	Revisão dos atos de concentração	829
2.	Os acordos entre empresas.....	830
2.1.	Introdução.....	830
2.2.	Tipos de acordo.....	832
2.3.	Acordos horizontais.....	834
2.4.	Acordos verticais.....	842
3.	Práticas anticoncorrenciais.....	847
3.1.	As infrações.....	847
3.2.	Os tipos exemplificativos da Lei 12.259/2011.....	849
3.2.1.	Práticas predatórias.....	850
3.2.2.	Venda casada.....	852
3.2.3.	Recusa de contratar.....	855
3.2.4.	Exclusividade.....	860
3.2.5.	Manutenção de preço de revenda.....	863
3.2.6.	Discriminação de preço e diferenciação de preço ..	866
3.3.	Conquista natural de mercado x conquista artificial de mercado.....	870
3.4.	Posição dominante e presunção da posição dominante.....	871
3.5.	Sanções.....	872
3.6.	Prescrição.....	878
4.	Quadro sinótico.....	879
5.	Jurisprudência.....	884
5.1.	Jurisprudência do STF.....	884
5.2.	Jurisprudência do STJ.....	884
5.3.	Jurisprudência do TRF1.....	898
5.4.	Súmulas do CADE.....	901

TÍTULO VI DIREITO ECONÔMICO INTERNACIONAL

CAPÍTULO 13

A ORDEM ECONÔMICA INTERNACIONAL 905

1.	Introdução.....	905
2.	A ordem econômica internacional do pós-guerra – Bretton Woods.....	907
2.1.	Fundo Monetário Internacional (FMI).....	907
2.2.	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) – “Banco Mundial”.....	911
2.3.	Organização Mundial do Comércio (OMC).....	912
3.	Integração econômica.....	917
3.1.	Introdução.....	917
3.2.	As etapas da integração econômica.....	918
3.3.	MERCOSUL.....	918
3.4.	União Europeia.....	923
4.	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE.....	926
5.	Jurisprudência.....	926
5.1.	Jurisprudência do STF.....	926
5.2.	Jurisprudência do TRF da 4ª Região.....	927
6.	Quadros sinóticos.....	928
	BIBLIOGRAFIA.....	937